



## PROGRAMA DE GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL

Profa. Dra. Joyce Mary Adam de Paula e Silva  
Aurélio Teixeira da Silva  
Unesp/Rio Claro/ Instituto de Biociências/Dep. de Educação  
[joyce@rc.unesp.br](mailto:joyce@rc.unesp.br) .  
BRASIL.

### Resumo.

Esse estudo tem como objeto de estudo o Programa de Gestão da Qualidade Total implantado pela Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Unesp.

O principal objetivo do trabalho foi o de analisar esse programa, à luz de dois aspectos centrais que são : 1) O caráter da gestão pública no Brasil; 2) O papel da Universidade enquanto instituição social.

A metodologia de estudo utilizada foi a análise da documentação relacionada ao Programa implantado e um estudo bibliográfico a respeito das características das instituições públicas no Brasil e a universidade nesse contexto.

As principais conclusões foram no sentido de apontar os alcances e limites de teorias dessa natureza em instituições de caráter público e em especial em instituições como a universidade.

### Conclusões.

Um dos primeiros aspectos que poderia ser apontado seria a impropriedade da utilização de práticas gerenciais como a TQM, direcionadas diretamente à esfera privada, na administração pública, sem que as peculiaridades desse setor fossem levados em conta, como salienta Bresser Pereira .

No caso das Universidades em particular, a adoção dos preceitos desse modelo gerencial significa recontextualizar a instituição Universidade aos padrões das organizações industriais, dando maior ênfase para a questão da produtividade em função da lógica do mercado, ou de quase-mercado (Pereira,1999). Esse fato tem como consequência o desvirtuamento do papel de produção crítica e criativa do conhecimento que caracteriza a universidade.



Ao se referir a um dos aspectos característicos da novo modelo gerencial, que é a flexibilização, Marilena Chaui (2000) apresenta a seguinte reflexão sobre essa questão :

“A ‘flexibilização’ é o corolário da ‘autonomia’. Na linguagem do Ministério da Educação, ‘flexibilização’ significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por ‘contratos flexíveis’, isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as

licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas ‘outras fontes de financiamento’, que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é às demandas das empresas locais (aliás é sistemática nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre ‘social’ e ‘empresarial’); 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na Universidade e deslocando a segunda para centros autônomos”.

A se concretizar tal projeto, temos então o modelo de Universidade não mais como uma instituição historicamente autônoma, mas na qualidade de captadora de recursos do mercado, a ele se sujeita e fragmenta em seus projetos localizados e de interesses meramente concorrenciais.

Marilena Chaui a chama de Universidade Operacional, centrada não mais no binômio ensino-pesquisa, mas na fragmentação dos interesses imediatos, que trazem como efeito contínuo sua degradação e desmoralização. a analisar a seguir.

Observa-se pelos prática desenvolvida no Programa de Gestão de Qualidade na Unesp, que a peculiaridade que caracteriza a Universidade, em sua concepção como instituição historicamente autônoma e com a tarefa de guardião e produtora de uma conhecimento crítico e criativo, não foi considerada.